

Presidente p.5

Importância do Canal do Panamá no desenvolvimento de Portugal



Parlamento p.13

Luís Montenegro reeleito líder parlamentar do PSD

POVOLIVCE



23 de Outubro de 2013

Director: Miguel Santos Periodicidade Semanal - Registo na ERC nº 105690 - Propriedade: PSD

Primeiro-Ministro destaca potencialidades de trocas económicas com a América Latina



O Primeiro-Ministro em visita ao México, antes de participar na XXIII Cimeira Ibero-Americana

Presidente

Passos Coelho no México destaca as potencialidades de trocas económicas entre os dois países

No âmbito da anunciada visita ao México, por ocasião da Cimeira Ibero-Americana, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, às 06:00 locais (12:00 em Lisboa) ao aeroporto internacional Benito Juárez, na Cidade do México, para uma permanência de um dia e meio aquele País.

Pedro Passos Coelho viajou em voos comerciais, com escala em Madrid, tendo partido de Lisboa na terça-feira à noite, pouco depois da entrega da proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2014 na Assembleia da República.

Nesta deslocação ao México, um dos principais destinos das exportações portuguesas fora da União Europeia, Pedro Passos Coelho foi acompanhado pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, e pelos secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Campos Ferreira, e Adjunto e da Economia, Leonardo Mathias.

Na quinta-feira, o chefe do executivo português seguirá do México para o Panamá, onde juntamente com o Presidente da República, Cavaco Silva, representou Portugal na XXIII Cimeira Ibero-Americana, que estava calendarizada para sexta-feira e no sábado.

Nas suas declarações sobre relações comerciais bilaterais, o Primeiro-Ministro português, defendeu a revisão do acordo comercial entre a União Europeia e o México, considerando que isso abrirá oportunidades também para Portugal.

"O México é o país da América Latina e do continente americano que tem um acordo comercial mais antigo com a União Europeia. Só agora estamos a desenvolver esforços para obter um acordo de nova geração com os países da América do Sul que estão reunidos no Mercosul e com os Estados Unidos da América", referiu Pedro Passos Coelho, numa declaração à Informação, no Palácio Nacional, sede do executivo mexicano, na Cidade do México, onde se encontrava com o Presidente mexicano.

"Era muito importante que tivéssemos, nesse contexto, a possibilidade de também ver o México rever as regras da sua relação internacional com a União Europeia de forma a actualiza-lo, pois a evolução das trocas comerciais no Mundo têm sofrido importantes alterações nos últimos anos, e quanto mais actualizados estiverem esses acordos comerciais, maiores e melhores podem ser as relações económicas e sociais entre os Países", considerou o Primeiro-Ministro português.

Passos Coelho tinha ao seu lado o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto. Os dois estiveram hoje reunidos e participaram depois num encontro alargado a outros membros dos respectivos governos.

O Primeiro-Ministro português mencionou que, em dez anos, "o comércio entre o México e a União Europeia praticamente duplicou" e acrescentou: "Ora, vejam as oportunidades que se abrem também aqui para Portugal, se conseguirmos que exista entre o México e a União Europeia uma amplificação das oportunidades, com a revisão do acordo entre a União Europeia e o México".

Na sua declaração, Enrique Peña Nieto relatou que, na reunião com o Primeiro-Ministro português, este convidou investidores mexicanos a "conhecer as oportunidades de investimento" em Portugal relacionadas com a privatização de várias empresas públicas portuguesas.

Ambos os chefes de Governo expressaram a intenção de aprofundar as relações económicas e políticas bilaterais.

Segundo Passos Coelho, os dois países têm "belíssimas condições para aproximar significativamente as suas trocas comerciais", apesar de o México ser já "o segundo grande parceiro comercial de Portugal na América Latina" e "o quarto parceiro comercial de Portugal fora da União





Europeia".

Estava previsto que Passos Coelho e Peña Nieto respondessem a questões dos jornalistas depois das respectivas declarações, mas isso não se verificou, pois - segundo informação do gabinete do Primeiro-Ministro português - o Governo mexicano tinha de colmatar o atraso que já se verificava no programa.

No último dia: investimentos e grandes oportunidades

O Primeiro-Ministro português, considerou na quintafeira que Portugal e o México têm "um mundo de grandes oportunidades para explorar", no final da sua visita oficial de um dia e meio ao México.

Passos Coelho falava na cidade mexicana de Toluca, onde se deslocou para assistir á cerimónia de entrega da concessão de uma auto-estrada à empresa portuguesa Mota-Engil, à qual o primeiro-ministro português deixou elogios pela sua "afirmação técnica" e "expansão comercial" no México e pela "imagem tão positiva" que tem dado de Portugal.

"Portugal e o México têm realmente um mundo de grandes oportunidades para explorar. Os nossos povos partilham valores muito parecidos. Os nossos governos têm-se mostrado muito próximos quando abordam questões neste mundo multicultural", disse o chefe do executivo.

"Temos boas condições para levar ainda mais longe

este relacionamento que, em termos diplomáticos, começou há 150 anos. E contamos que seja possível impulsionar este bom relacionamento justamente na visita que o senhor presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto, deverá realizar a Portugal, a convite do Presidente da República Portuguesa, durante o próximo ano", acrescentou.

Passos Coelho apontou como "um começo importante" os acordos bilaterais assinados na quarta-feira pelos governos dos dois países em áreas como a energia ou as tecnologias aplicadas à educação.

"Atribuí grande importância a esta visita ao México", afirmou, num discurso de cerca de dez minutos, manifestando "grande admiração" pelo desenvolvimento do México e enaltecendo o programa de reformas promovido por Peña Nieto.

"Muitas vezes, quando queremos alcançar níveis de prosperidade e de bem-estar duradouros, precisamos de realizar níveis de reforma que nem sempre são fáceis, nem sempre são consensuais, mas que podem fazer toda a diferença para o futuro", declarou Passos Coelho, a este propósito.

Esta cerimónia realizou-se na sede do governo do estado federal do México, que tem Toluca como capital, e não num centro cultural desta cidade, como estava inicialmente previsto, e teve também a presença do presidente do conselho de administração do grupo Mota-Engil, António Mota.

Em seguida, Passos Coelho seguiu para o aeroporto internacional da Cidade do México, de onde viajará para o Panamá, para participar na XXIII Cimeira Ibero-Americana, juntamente com o Presidente da República, Cavaco Silva, na sexta-feira e no sábado.

De acordo com o presidente do conselho de administração do grupo Mota-Engil, a concessão refere-se a "um troço do nó da circular da Cidade do México", que "é uma obra importante, porque é toda ela feita em viaduto", com uma extensão de 14 quilómetros.

"São 14 quilómetros de viaduto na primeira fase, depois há uma possível extensão a seguir", declarou o empresário aos jornalistas na Cidade do México, adiantando que esta obra envolve um montante "superior a 350 milhões [de dólares]".

"Foi uma concessão que nós ganhámos em parceria com sócios locais, mas em que trouxemos os projectistas, também portugueses, para ajudar na elaboração do projecto. Por isso, é uma obra que, quando ficar pronta, desde a sua concepção até à própria construção tem sempre engenharia portuguesa", assinalou.

António Mota referiu que a Mota-Engil está presente no México há aproximadamente seis anos e que esta é a segunda concessão rodoviária do grupo no País, que no seu entender "tem um potencial enorme", porque "aqui a população cresce dois milhões por ano, há uma taxa de desenvolvimento enorme, e verifica-se um défice de infra-estruturas, havendo boa abertura ao investimento estrangeiro".

António Mota, afirmou ainda que o seu grupo empresarial não tem alternativa a África, que é e continuará a ser o seu maior mercado.

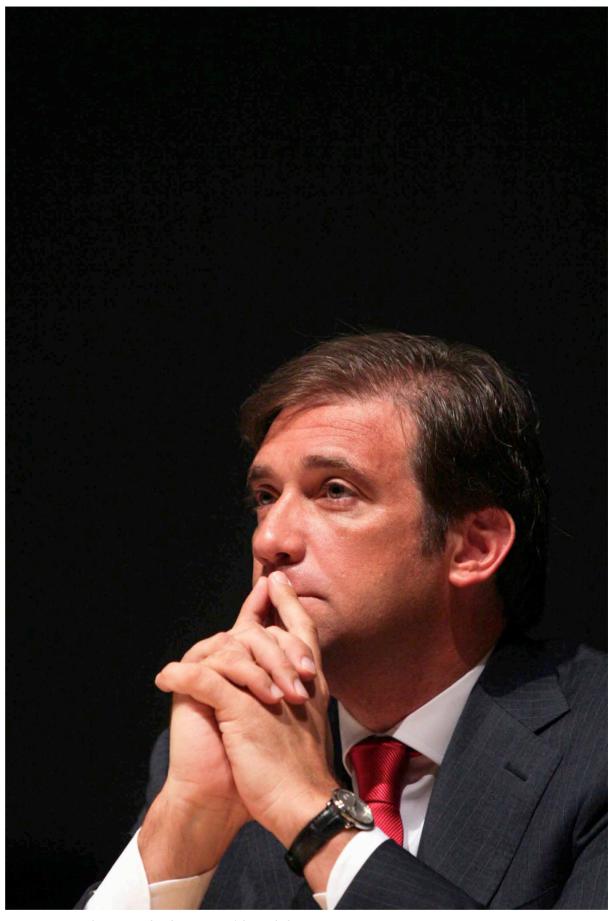
"Nós não temos alternativa a África. África é o nosso maior mercado, vai continuar a ser o nosso maior mercado, mas o da América Latina é aquele que mais cresce neste momento", respondeu, acrescentando que "Eu estou em África há 60 anos, desde que nasci. Por isso, não há nada que afecte o meu relacionamento [com África]".

Segundo António Mota, o grupo Mota-Engil é "um tripé" baseado na Europa (Portugal e Polónia), América Latina (Peru, México, Colômbia e Brasil), e África (onde está em dez países).

A "«E-xample» ganha projecto de milhões

Além da concessão daquele troço de auto-estrada, o consórcio de empresas portuguesas de tecnologias da educação «E-xample» ganhou um projecto do Governo federal mexicano, que envolve a atribuição de 240 mil computadores a estudantes, que poderá ser alargado "a milhões".

De acordo com o administrador executivo do con-



sórcio «E-xample», Daniel Adrião, este 'cluster' de 26 empresas portuguesas de 'hardware' e 'software' oferece "uma solução completa, um ecossistema para um projecto de inovação educativa, suportado nas tecnologias de informação", que inclui, mas "é muito mais do que o computador que em Portugal teve o nome de "Magalhães".

Em declarações a jornalistas que acompanham a visita do primeiro-ministro português ao México, Daniel Adrião referiu que este grupo de empresas tinha já projectos em dois Estados mexicanos e agora ganhou, através de um concurso público internacional, a primeira fase de um projecto da Secretaria de Educação Pública do Governo federal do México.

"É um projecto de, no total, 240 mil computadores, que também vão ter uma componente de ecossistema. Vamos oferecer ao Governo mexicano, no âmbito deste projecto, 220 salas de aula com todo o ecossistema completo. Isto envolve umas centenas de milhões de euros, portanto, é, de facto, um projecto muito significativo", disse Daniel Adrião, à margem de um seminário empresarial na Cidade do México, organizado de forma

a coincidir com a visita do Primeiro-Ministro português.

Segundo o administrador do consórcio E-xample, "o compromisso do presidente do México, Peña Nieto, é que todos os alunos do quinto e sexto anos da primária - que aqui vai até ao sexto ano - terão acesso a um computador portátil e beneficiarão de um contexto de aprendizagem suportado nas TIC (tecnologias de informação e comunicação)", o que representa um universo de " quatro milhões e meio de alunos".

"Isto significa que o projecto é um projecto de milhões. Nós estamos muito apostados em ganhar esse projecto, em que os computadores que serão complementados com as outras componentes do nosso ecossistema. É um projecto, de facto, para valores muitíssimo avultados e que pode ser uma grande alavanca para as nossas exportações", acrescentou.

Daniel Adrião assinalou a "vontade, quer do Governo português, quer do Governo mexicano, de estreitar a cooperação neste domínio das tecnologias da educação", expressa através de um acordo assinado na quarta-feira pelo Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho,

PRIMER MINISTRO DE LA REPÚBLICA PORTUGUESA





e pelo presidente mexicano, Enrique Peña Nieto.

O Primeiro-Ministro português, que sempre manifestou o maior apoio à empresas nacionais que tentam abrir caminho para a projecção de Portugal no estrangeiro, e na quarta-feira esteve reunido com investidores mexicanos, entre os quais Carlos Slim, tendo depois afirmado que houvera uma manifestação de interesse em Portugal, em áreas como transportes, turismo e energia.

"Não quero estar nesta altura a anunciar nenhuma decisão que tenha sido tomada, porque não foi anunciada nenhuma decisão em particular, mas houve uma manifestação de interesse na economia portuguesa", afirmou Pedro Passos Coelho aos jornalistas, durante uma recepção à comunidade portuguesa, na residência do embaixador português na Cidade do México.

Questionado sobre quais os sectores que foram objecto de interesse, o Primeiro-Ministro português respondeu: "Estão muito relacionados quer com as concessões que iremos fazer na área dos transportes, bem como na área do turismo, na área da energia. Há vários domínios em que foi manifestado interesse na economia portuguesa".

Segundo Passos Coelho, o facto de Portugal estar submetido a um programa de resgate não provoca receios aos investidores. "Não, antes pelo contrário. Foi-me manifestado, em primeiro lugar, um reconhecimento muito grande pelo caminho que o País tem feito nestes anos e uma confiança muito grande quanto à nossa capacidade para ultrapassar essas dificuldades", disse.

"O ponto de inversão económica a que estamos a assistir em Portugal e o conjunto das reformas que realizámos mostram que este é o momento importante para que o investimento externo possa acorrer a nós!", sustentou.

O chefe do Governo, qualificou de "muito proveitoso" o encontro que teve com potenciais investidores mexicanos em Portugal. "Alguns deles", como é o caso do empresário Carlos Slim – que é «apenas» o Homem mais rico do Mundo, tendo este ano passado à frente de Bill Gates, da Microsoft – "têm um conhecimento aprofundado do nosso País e das oportunidades que ele encerra", referiu.

«Espero que eles possam acompanhar a visita, quer do ministro das Relações Exteriores no primeiro semestre do próximo ano a Portugal, quer depois a visita do Presidente Peña Nieto», acrescentou.

Na quarta-feira, Pedro Passos Coelho reuniu-se com o presidente dos Estados Unidos Mexicanos, tinha reunido com Enrique Peña Nieto, com quem esteve depois num almoço, que também contou com a presença do empresário Carlos Slim.

À tarde, o Primeiro-Ministro português fez ainda uma curta intervenção num seminário empresarial e participou numa cerimónia em que recebeu a chave da Cidade do México, antes de seguir para uma recepção à comunidade portuguesa.

Numa das várias intervenções que fez neste dia, Passos Coelho elogiou a "convergência multipartidária" promovida pelo presidente mexicano e defendeu a importância do consenso para a realização de reformas.

"A verdade é que ambos temos uma grande ambição nesse processo de reformas. Sabemos que elas são duradouras se souberem reunir o maior consenso possível nas nossas sociedades. Felicito-o por isso pela dedicação que tem atribuído à importância de ter uma convergên-

cia multipartidária para os objectivos importantes das reformas que está a empreender", afirmou.

"Sabemos, por experiência própria, o quão difícil é renovar e manter essas condições de consenso mais alargado. Mas, de facto, quem não o procura acaba por não dar a profundidade devida às reformas que pretende realizar".

No último dia da visita

No dia seguinte, o último da visita, Passos Coelho considerou Portugal e o México têm "um mundo de grandes oportunidades para explorar". Passos Coelho estava na capital do estado de Toluca, na cerimónia de entrega da concessão de uma auto-estrada à empresa portuguesa Mota-Engil, disse que

"Portugal e o México têm realmente um mundo de grandes oportunidades para explorar. Os nossos povos partilham valores muito parecidos. Os nossos governos têm-se mostrado muito próximos quando abordam questões no mundo multicultural", disse o chefe do executivo português.

"Temos boas condições para levar ainda mais longe este relacionamento que, em termos diplomáticos, começou há 150 anos. E contamos que seja possível impulsionar este bom relacionamento justamente na visita que o senhor presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto, deverá realizar a Portugal, a convite do Presidente da República Portuguesa, durante o próximo ano", acrescentou.

Passos Coelho apontou como "um começo importante" os acordos bilaterais assinados na quarta-feira pelos governos dos dois países em áreas como a energia ou as tecnologias aplicadas à educação.

Em seguida, Passos Coelho seguiu para o aeroporto internacional da Cidade do México, de onde viajará para o Panamá, para participar na XXIII Cimeira Ibero-Americana, juntamente com o Presidente da República, Cavaco Silva, na sexta-feira e no sábado.

Recorda-se que o presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto, assinou a 2 de Dezembro de 2012, um dia depois de tomar posse, um pacto com o Partido Revolucionário Institucional (PRI), pelo qual foi eleito, e com os dois principais partidos da oposição, Partido da Acção Nacional (PAN) e Partido da Revolução Democrática (PRD) para promover reformas em cinco áreas: direitos e liberdades, o crescimento económico e a competitividade, a segurança e justiça, a luta contra a corrupção e governação democrática.- Fontes: "Lusa", "The Economist", "RTP 1"

XXIII Cimeira Ibero-Americana

Importância do Canal do Panamá no desenvolvimento de Portugal



Pedro Passos Coelho visitou juntamente com o Presidente da República, Cavaco Silva, e o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, visitou, nesta fase final da sua estada no Panamá, e à margem da XXIII Cimeira Ibero-Americana, a eclusa de Miraflores, do lado do Pacífico do Canal do Panamá, perto da Cidade do Panamá.

Pedro Passos Coelho afirmou esperar que "a partir de 2014" sejam transferidas para Portugal ajudas europeias, que permitam o arranque das obras de ligação do Porto de Sines à rede ferroviária europeia.

Sem apontar "uma data fixa" para a conclusão dessas obras, o chefe do executivo PSD/CDS-PP manifestou "confiança em como haverá uma grande cooperação com o Governo espanhol" para garantir a ligação ao centro da Europa a partir de Sines de forma a aproveitar o tráfego de grandes navios porta-contentores que resultará do alargamento do Canal do Panamá.

Já no final desta visita, questionado se o arranque da ligação ferroviária ao porto de águas profundas de Sines, não poderá acontecer «demasiado tarde», o Primeiro-Ministro referiu que essa ligação é candidatável ao novo ciclo de fundos europeus 2014-2020.

"Ora, nós podemos, logo a partir de 2014, ter, por ajudas que são transferidas à cabeça, garantia de que as obras poderão arrancar, caso exista uma boa coordenação com o Governo para que essas obras tenham continuidade do lado espanhol também", acrescentou.

Quanto à conclusão dessas obras, afirmou: "Não tenho nesta altura ainda uma data fixa para a poder anunciar. O que posso dizer é que estamos a fazer tudo para que não haja um grande desfasamento entre a oportunidade que se abre aqui [com o alargamento do Canal do Panamá] até meados ou final de 2015, e as obras do

lado de Sines, que permitirão levar a ligação de Sines até à fronteira espanhola e daí para o resto da Europa.

Segundo o Primeiro-Ministro, "depois da fronteira espanhola os trabalhos estão já bastante avançados, e portanto, será mais simples concluir a ligação a Madrid".

Para lá de Madrid, "é preciso coordenar com o Governo espanhol a ligação mediterrânica, que está ainda também a ser equacionada do lado espanhol", prosseguiu, acentuando que o Governo português tem procurado uma posição concertada com o executivo de Espanha.

"Eu tenho confiança em como haverá uma grande cooperação com o Governo espanhol justamente para garantir que as ligações a todo o 'hinterland' ibérico a partir de Sines possam estar concluídas tão rapidamente quanto possível, de forma a aproveitar esta grande possibilidade que se abre a partir de 2015, com as obras de ampliação do Canal do Panamá", declarou.

Passos Coelho assinalou que "essa ligação de Sines até Madrid" está "prevista na carta europeia das redes ferroviárias" e poderá ser candidatada "já no próximo Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN)".

"O que significa, portanto, que, quer através do próprio programa português, quer através da chamada 'european connecting facilities', que permite a candidatura de projectos de redes transeuropeias ao financiamento comunitário, nós teremos condições, juntamente com a Espanha, de poder concretizar esta ligação dentro de um tempo que seja favorável às obras de conclusão aqui da ampliação do Canal do Panamá", considerou.

O Presidente da República Portuguesa também considerou, na mesma visita, que, com o alargamento desta ligação entre o Pacífico e o Atlântico, Sines poderá tornar-se a "porta de entrada" de mercadorias na Europa.





"O Canal do Panamá, com a extensão que está em curso, vai passar a desempenhar um papel ainda maior no comércio e no investimento internacional, mas abre também novas potencialidades para Portugal, e em particular para o Porto de Sines", declarou Cavaco Silva aos jornalistas, com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, ao seu lado.

Segundo o chefe de Estado português, "sendo Sines um dos melhores portos de águas profundas da Europa, pode ser de facto a porta de entrada das mercadorias vindas da Ásia e vindas de algumas partes aqui da América Latina e da Austrália para a Europa".

Foi à margem da XXIII Cimeira Ibero-Americana, na Cidade do Panamá, que Cavaco Silva e Pedro Passos Coelho visitaram a eclusa de Miraflores, no lado do Pacífico do Canal do Panamá, juntamente com o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete.

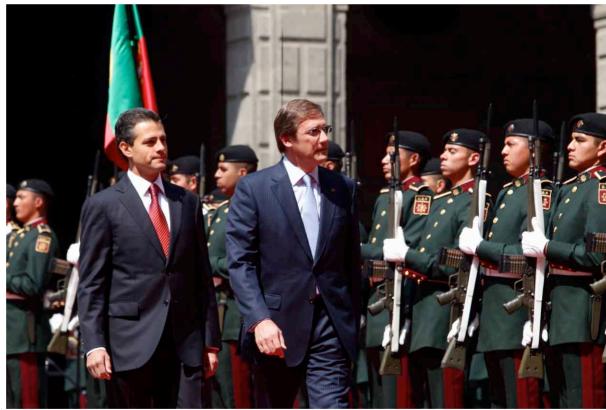
Os três assistiram a uma exposição sobre o impacto que o alargamento desta ligação marítima poderá ter no Porto de Sines e sobre a expansão deste porto, feita pela PSA, empresa de Singapura que tem a concessão deste terminal português e também explora um terminal no Canal do Panamá.

"É um projecto de grande ambição, mas que nos deixa muito satisfeitos com as possibilidades futuras que Portugal tem neste domínio da logística dos portos", comentou Cavaco Silva, referindo-se à expansão do Porto de Sines, que segundo a apresentação feita pela PSA pode aumentar de 300 para 1000 o número de trabalhadores deste terminal.

O Presidente da República referiu que nunca tinha estado antes no Canal do Panamá e lamentou não ter assistido à passagem de nenhuma embarcação pela eclusa de Miraflores, através da subida ou descida do nível da água, um processo que leva cerca de dez minutos.

"Imagino que funciona como as eclusas que temos no nosso rio Douro. Gostaria de ter visto passar aqui um dos navios de contentores, não é a hora adequada para isso, ficará para outra oportunidade", disse.

No dia 19, no segundo e último dia da XXIII Cimeira Ibero-Americana, na Cidade do Panamá, o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, e o Primeiro--Ministro português, Pedro Passos Coelho, fizeram as respectivas intervenções de fundo nos trabalhos da Cimeira.



Nesta reunião, que decorreu sob o lema "A Comunidade Ibero-Americana no Novo Contexto Mundial", foram ser discutidas reformas desta organização, que junta os chefes de Estado e de Governo dos 22 países da América Latina e da Península Ibérica, há mais de vinte anos.

Está previsto que os encontros da comunidade Ibero-Americana, passem de anuais a bianuais, possivelmente a partir de 2014, depois da reunião que terá lugar em Veracruz, México.

Nas cimeiras de Cádis, Espanha, em 2012, e de Assunção, Paraguai, em 2011, já foram abordadas estas questões relativas à periodicidade dos encontros e ao financiamento da comunidade ibero-americana no futuro.

Os países da Península Ibérica são responsáveis por aproximadamente 70% do orçamento da comunidade ibero-americana e os da América Latina pelos restantes 30%, cabendo a Espanha a maior fatia das verbas, 60%, e a Portugal perto de 10%.

Em Cádis, Passos Coelho manifestou o seu apoio à passagem das Cimeiras Ibero-Americanas a bianuais e defendeu que a estrutura institucional desta organização deve ser revista e os seus custos reduzidos, adaptados aos tempos atuais às mudanças ocorridas na situação económica e social dos países da comunidade.

Por motivos de saúde, o rei de Espanha, Juan Carlos, faltou pela primeira vez a uma Cimeira Ibero-Americana, sendo Cavaco Silva o único fundador destas reuniões, a estar presente este ano, no Panamá.

Como em anos anteriores, na XXIII Cimeira Ibero--Americana registou-se a ausência de vários presidentes de países latino-americanos, entre os quais a presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

A sessão plenária da Cimeira Ibero-Americana, durante a qual o Presidente da República e o Primeiro-Ministro de Portugal fizeram as suas intervenções, começou às 09:30 locais (15:30 em Lisboa), seguindo-se o almoco





oficial de chefes de Estado e de Governo.

A conferência de imprensa conjunta de Passos Coelho e Cavaco Silva aconteceu por volta das 15:30 (21:30 em Lisboa) e ambos regressaram depois a Lisboa, o Primeiro-Ministro pelas 17:00, em voo comercial e o Presidente da República cerca de duas horas mais tarde.

Intervenções de Cavaco Silva e Passos Coelho

Na sua intervenção, o Presidente da República Portuguesa considerou que há sinais recentes de "inversão de ciclo económico" na Europa, mas salientou que é preciso continuar a correcção dos desequilíbrios financeiros, promover o crescimento sustentado e dar prioridade ao emprego.

Cavaco Silva apontou a América Latina como "um importante motor da economia mundial" e o seu desenvolvimento como um "sinal de esperança" e "um potencial para oportunidades de negócio" para a Europa.

O chefe de Estado português defendeu "um relacionamento mais forte entre os países da comunidade ibero-americana" que aproveite o "potencial que, ao nível do comércio e do investimento", no seu entender, "está ainda desaproveitado".

"Nos dois lados do Atlântico, as nossas sociedades têm vindo a sofrer os efeitos da crise financeira, económica e de confiança, desencadeada em 2008. Na Europa - apesar dos recentes sinais positivos de inversão de ciclo económico - será necessário prosseguir no caminho da correcção dos desequilíbrios financeiros, recuperando uma trajectória de crescimento sustentado e dando prioridade às medidas de criação de emprego", declarou.

Cavaco Silva acrescentou que, "pelo seu lado, a América Latina continua a apresentar taxas significativas de crescimento económico", referindo que, "apesar de uma certa moderação no seu ritmo, as previsões apontam para uma taxa média de crescimento de 3 por cento em 2013, que será reforcada em 2014".

Segundo o Presidente da República Portuguesa, "este dinamismo económico, associado, em geral, a um ambiente de estabilidade política, de segurança, de previsibilidade jurídica e de estímulo ao investimento privado, constitui um sinal de esperança e representa também para a Europa um potencial para oportunidades de negócio com benefícios mútuos".

Cavaco Silva terminou o seu discurso reafirmando que "a América Latina é, nos dias de hoje, um importante motor da economia mundial", referindo que tem "sublinhado esta mensagem" nos seus encontros com líderes políticos.

Antes, o chefe de Estado português reiterou a ideia

de que a conclusão das obras de alargamento do Canal do Panamá assume uma "importância estratégica" para Portugal, em particular para o porto de águas profundas de Sines, que "reforçará a sua posição de plataforma logística de acesso aos mercados europeus".

Cavaco Silva deixou ainda uma palavra para o rei de Espanha, Juan Carlos, que faltou pela primeira vez a uma Cimeira Ibero-Americana por motivos de saúde, desejando-lhe rápidas melhoras, assim como à Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, também ausente por razões de saúde.

Por outro lado, assinalou que a Cimeira do Panamá tem na agenda a renovação da estrutura da comunidade de países ibero-americanos, e "ficará assim ligada à refundação da Conferência Ibero-Americana".

"Ao fazê-lo, importa ter presente o espírito de Guadalajara [lugar da primeira cimeira, realizada em 1991] e os compromissos que nessa altura assumimos: a defesa dos valores democráticos e dos direitos dos nossos cidadãos, e a promoção do bem-estar e do desenvolvimento económico e social das nossas populações", advogou.

Palavras do PM português

Depois de terminar o seu discurso, Cavaco Silva passou a palavra ao primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro português sustentou hoje que está a começar uma "nova fase" na Europa, dando como ultrapassado o "ciclo de abrandamento económico", num discurso em que defendeu que a abertura das economias ibero-americanas e condenou o proteccionismo.

Na sua intervenção na XXIII Cimeira Ibero-Americana, Pedro Passos Coelho afirmou que "as economias de União Europeia, após um longo período recessivo, começam agora a dar sinais encorajadores" e que "está a começar uma nova fase na Europa, em que a recuperação económica dá sinais positivos".

"A produção industrial tem aumentado. A confiança dos mercados está a regressar. As bolsas têm apresentado bons resultados. As perspectivas de negócio têm vindo a melhorar de forma consistente e a confiança dos consumidores tem subido acentuadamente", referiu.

Quanto à situação de Portugal, o chefe do executivo PSD/CDS-PP declarou: "A balança de transacções correntes, estruturalmente negativa, deverá agora ser globalmente equilibrada, o ritmo da contracção tem vindo a reduzir-se e, apesar da progressiva redução do défice público que prosseguirá no próximo ano, prevê-se que em 2014 o país regresse ao crescimento, com uma

Presidente



economia mais competitiva".

Perante a comunidade ibero-americana, embora ressalvando que "caminho da recuperação sustentável leva o seu tempo", o primeiro-ministro português falou do período de "abrandamento económico" no passado.

"Durante o ciclo de abrandamento económico de que a Europa padeceu, olhámos para aqueles países cujas economias revelavam maior dinamismo e capacidade para contrariar os efeitos recessivos sentidos deste lado do Atlântico. Foi o caso da América Latina", disse.

Passos Coelho acrescentou que essas ligações devem ser fortalecidas, com os países europeus, "desta feita, como parceiros dinâmicos".

"A América Latina precisa de uma Europa economicamente forte e é nessa óptica que desejamos intensificar a nossa interdependência", completou.

Na sua intervenção, o chefe do Governo português defendeu que a comunidade ibero-americana "tem de estar virada e aberta ao Mundo, e ser um exemplo de economias modernas e sociedades abertas, que rejeitam a discriminação económica e o proteccionismo em razão da geografia".

Sobre o tema da periodicidade das reuniões, Pedro Passos Coelho, reforçou a opinião de Cavaco Silva, a decisão de tornar estas reuniões bianuais e a revisão da repartição de quotas de financiamento desta organização, que engloba 22 Países.

"A Cimeira do Panamá ficará na história das Cimeiras Ibero-americanas ao marcar o início da reforma que era, há muito, pretendida. Portugal foi um dos países que mais incentivaram o lançamento desse processo", afirmou o chefe do executivo. Passos Coelho assinalou que foi assegurada "a manutenção da relevância da Conferência e, em particular, das cimeiras num calendário internacional cada vez mais intenso e numa altura em que, na própria América Latina, se criam estruturas regionais que se constituem como novos fora de diálogo" - como a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

"A aprovação da Resolução sobre a Renovação da Conferência Ibero-americana traduz o consenso alcançado entre os Estados membros nesta matéria, decisão de que todos nos podemos congratular. Consideramos a

bi- anualização das cimeiras e a sua realização em anos intercalados com a Cimeira entre a União Europeia (UE) e a Comunidade de Estados da América Latina e Caraíbas (CELAC) muito positiva", acrescentou.

O Primeiro-Ministro português congratulou-se depois com "a revisão da repartição de quotas entre países ibéricos e latino-americanos, no sentido de um maior equilíbrio", considerando que isso é "fundamental" para alinhar esta organização aos tempos atuais e representa, para os países da América Latina, "um reconhecimento político do seu peso internacional, e não apenas um acréscimo de encargos financeiros".

Portugal ambiciona que esta comunidade de países seja "mais forte, mais coesa e mais relevante", e que esteja "na vanguarda da discussão dos mais importantes temas da actualidade", afirmou.

No seu discurso, o chefe do Governo português saudou "o pedido apresentado pelo Japão para ser reconhecido como observador associado" da comunidade ibero-americana.

Passos Coelho destacou alguns pontos da declaração final da Cimeira do Panamá: "Em primeiro lugar, a preocupação de promover o bem-estar dos nossos cidadãos. Sem resultados concretos, traduzidos em melhorias nas condições de vida, de saúde e de desenvolvimento, não é possível contar com a adesão das pessoas aos nossos objectivos de transformação económica e social e, em última análise, disso depende a relevância da nossa comunidade".

Tal como Cavaco Silva, no final da sua intervenção, o Primeiro-Ministro português lamentou as ausências do rei de Estanha, Juan Carlos, e da Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, por motivos de saúde, e deixou votos da sua rápida recuperação.

Dirigentes portugueses abordam ...temas portugueses

Na habitual conferência de imprensa conjunta com o Presidente da República, Cavaco Silva, no final da XXIII Cimeira Ibero-Americana, na Cidade do Panamá, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou hoje que o Governo decidiu "ampliar" os cortes salariais na função pública, em vigor desde 2011, por uma "questão de emergência" associada aos compromissos de redução do défice público.

"Relativamente à redução salarial que se mantém desde 2011, e que é proposta no orçamento para o próximo ano de forma ampliada, ela está justificada pelos compromissos que assumimos com os nossos credores oficiais", declarou o Primeiro-Ministro, em resposta aos jornalistas,

"Essa é, como de resto já em 2010 o era, durante o Governo anterior, uma matéria que não revela nenhum preconceito", acrescentou. "Trata-se apenas de uma questão de emergência, de o Estado não estar em condições de manter uma despesa em salários tão elevada quanto aquela que tem quando, ao mesmo tempo, precisa de reduzir o défice público", justificou, sem referir se esta é uma medida temporária ou permanente.

Segundo Passos Coelho, o executivo PSD/CDS procurou apresentar essa medida "de modo a que isso não constituísse um acréscimo de redução que, face àquilo que o Tribunal Constitucional já havia considerado não consentâneo com a Constituição, pudesse agora ser visto como excedendo esse limite".

O Primeiro-Ministro alegou que, "desde, pelo menos, a conclusão do sétimo exame regular, que se sabia que era preciso ampliar o nível de redução salarial que estava em vigor" e reiterou que os funcionários públicos "não estarão, na sua esmagadora maioria, em condições piores do que em 2012".

Por outro lado, questionado sobre o motivo pelo qual a proposta do Orçamento do Estado para 2014 não inclui a descida do IVA da restauração, Passos Coelho disse apenas que "foi público que o Governo não reuniu condições para alterar o que tinha decidido há um ano" nessa matéria.

O primeiro-ministro afirmou ainda que o Governo procurou incluir no Orçamento para 2014 "o mínimo de questões que pudessem envolver polémica constitucional", apresentando autonomamente por isso, a redução das pensões da Caixa Geral de Aposentações.

Pedro Passos Coelho fez esta afirmação depois de questionado se entende que a proposta de Orçamento do Estado para 2014 deve ser enviada para fiscalização preventiva da constitucionalidade, de forma a evitar "surpresas" no período em que estiver em vigor.

"O Governo procurou, como era do interesse do País, que o mínimo de questões que pudessem envolver polémica constitucional constasse do Orçamento do Estado. E foi essa a razão que conduziu o Governo, por exemplo, a apresentar de forma autónoma ao parlamento o diploma relativamente ao processo de convergência da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social", respondeu o chefe do executivo PSD/CDS-PP.

"Quer dizer, o Governo fez o possível para deixar no Orçamento apenas aquilo que deveria deixar no Orçamento, e está convencido que as soluções que encontrou são soluções que estão de acordo com a nossa prática constitucional", acrescentou.

Passos Coelho ressalvou, contudo, que "ninguém nestes tempos excepcionais pode garantir que não haja riscos de poder encontrar nas propostas algum elemento que possa suscitar dúvidas de natureza constitucional" e que os membros do Governo estão "perfeitamente conscientes de que esses riscos sempre existirão".

Esses riscos, referiu o primeiro-ministro, "têm sido reportados também por várias instituições e agentes que observam a política nacional".

Nesta conferência de imprensa, o Presidente da República, Cavaco Silva, foi questionado sobre o que o levou a apelidar de "novo imposto extraordinário" aquilo que o Governo chama de "convergência entre as pensões da Caixa Geral de Aposentação e as pensões da Segurança Social", mas escusou-se a responder: "Eu diria apenas que o Panamá não é o local apropriado para dar esclarecimentos de natureza conceptual em relação a matérias de orçamento".

Passos Coelho, também resposta a outra pergunta, esclareceu que o défice deste ano aumentou, devido à recapitalização do Banif, mas, para efeitos de contabilização pelas instituições da "troika", vai ser de 5,5%, como estava acordado.

"O défice público deste ano será de 5,5%, exactamente como estava acordado com a 'troika', nos termos que estavam acordados com a 'troika'. Não há, portanto, aqui nenhuma alteração",

O primeiro-ministro acrescentou que "aquilo que foi divulgado com toda a transparência, tem que ver com uma operação de recapitalização do Banif que aumenta o valor do défice, mas não para efeitos daquilo que estava acordado com as instituições da 'troika' [Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional]".

"É muito simples, o défice público este ano atingirá, nos termos que estão acordados com a troika, os 5,5% que constam das conclusões da sétima avaliação regular e também das últimas oitava e nona avaliações regulares", reforçou, lembrando que a recapitalização do Banif não é uma despesa, mas uma operação que será remunerada por aquele Banco.

Sobre as oportunidades "que Portugal deve explorar na América Latina", o Presidente da República, e o Primeiro-Ministro, defenderam de igual forma, que há oportunidades na América Latina por explorar por parte de Portugal.

"Nós sabemos que Portugal nesta fase da sua vida precisa de fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance para aumentar as suas exportações para fora do espaço europeu, e por isso não surpreende que a América Latina seja uma prioridade da política externa portuguesa", afirmou Cavaco Silva, já a terminar a Conferência de Imprensa.

Segundo o chefe de Estado português, "há todas condições para que os empresários aprofundem as suas relações de investimento e de comércio com a América Latina", onde se têm registado "taxas de crescimento relativamente elevadas" e tem havido "um reforço das instituições democráticas nos diferentes países, maior estabilidade política, maior confiança, maior previsibilidade jurídica e um papel maior é reconhecido ao investimento privado".

Conclusões da Conferência

Os chefes de Estado e de Governo reunidos na XXIII Cimeira Ibero-Americana, realizada hoje, no Panamá, pediram que os Estados Unidos da América acabem com o bloqueio económico, comercial e financeiro de Cuba.

O fim do bloqueio dos Estados Unidos a Cuba é uma reivindicação antiga das cimeiras ibero-americanas. A XXIII Cimeira Ibero-Americana realizou-se na sexta-feira e no sábado, na Cidade do Panamá, e foi marcada pela ausência de onze presidentes latino-americanos, entre os quais a brasileira Dilma Rousseff, e do rei espanhol, Juan Carlos.

O documento final da cimeira determina que os encontros entre chefes de Estado e de governo passem a ocorrer a cada dois anos, a partir de 2014, e que seja criado um grupo de trabalho e de estudo, para modernizar as relações entre os 22 países, além de identificar as novas prioridades.

A próxima cimeira e que será a última nos moldes actuais, será realizada no próximo ano, na cidade mexicana de Vera Cruz, informou hoje a agência Efe.

Também foram aprovados 14 comunicados especiais, entre os quais os que dizem respeito ao apoio às negociações de paz entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias do Colômbia (FARC) e ao regresso ao diálogo da Argentina e do Reino Unidos, sobre as Ilhas Malvinas.



O Presidente da República, que na Cidade do Panamá participou num Encontro Empresarial Ibero-Americano, referiu que os empresários portugueses com quem contactou se apresentaram "de uma forma optimista, convencidos de que existe aqui um espaço que não está ainda bem aproveitado por Portugal e que oferece boas oportunidades".

Em seguida, Passos Coelho sustentou que, "ao longo destes últimos anos, o reforço das relações políticas e diplomáticas, mas também económicas e comerciais, entre Portugal e vários destes países foi muito importante para que, por exemplo, as exportações portuguesas tivessem conhecido o ritmo tão favorável quanto conheceram nos últimos dois anos para fora da Europa".

O primeiro-ministro, que à margem desta cimeira teve uma reunião com o presidente do Panamá e antes visitou o México, considerou que a economia portuguesa deve abrir-se "mais ainda para o exterior da Europa" e que há "um potencial enorme para explorar" nas relações com a América Latina.

Cavaco Silva e Passos Coelho, voltaram a apontar o alargamento do Canal do Panamá como uma mais-valia para Portugal, que poderá fazer do Porto de Sines uma plataforma de entrada de mercadorias na Europa.

"É muito importante realmente que a proliferação de plataformas ao nível da América Latina não crie uma dispersão muito grande, não apenas implicando desperdício de recursos mas também uma certa dispersão política e pessoal dos actores, que estão sempre envolvidos nestas conferências", considerou. Fontes: Lusa; Diário Económico, Correspondente do Povo Livre





Conselho de Ministros de 17 de Outubro de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que altera a lei de bases gerais do sistema de segurança social, introduzindo a possibilidade da idade normal de acesso à pensão de velhice ser ajustada de acordo com a evolução dos índices da esperança média de vida.

Nesse sentido pode ser alterado o ano de referência da esperança média de vida sempre que a situação demográfica e a sustentabilidade das pensões justificadamente o exija, aplicando-se o novo factor de sustentabilidade no cálculo das pensões futuras, não afectando os atuais pensionistas.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Esta proposta visa adequar a legislação nacional às novas orientações da Comissão Europeia em matéria de auxílios estatais às medidas de apoio aos bancos no contexto de crise financeira, aprovadas em 30 de Julho de 2013 (Comunicação 2013/C 216/01).

Em particular, introduz-se um novo capítulo, relativo à redução da insuficiência de fundos próprios e estabelecem-se regras apertadas para as remunerações da administração e dos quadros superiores dos bancos sob auxílios do Estado.

3. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que revê as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.), ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do Prohabita, Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, quando exista recurso e verbas provenientes do Banco Europeu de Investimento (BEI).

A repartição de encargos far-se-á em 50% por recurso ao BEI, num mínimo de 10% por verbas das autarquias e o remanescente por contrato com o IHRU, I.P., cessando a atribuição de verbas a fundo perdido.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., a realizar a despesa relativa de serviços de produção, personalização e emissão do cartão do cidadão e produtos conexos para os anos de 2013 a 2015, num montante até 57 milhões de euros.

Esta autorização de despesa destina-se a garantir a normal prestação do serviço de identificação civil, nomeadamente as operações relativas à emissão, substituição e cancelamento do cartão de cidadão, bem como assegurar que as operações relativas à sua personalização sejam executadas em observância dos requisitos técnicos e de segurança aplicáveis.

- 5. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da orgânica do Gabinete Nacional de Segurança, estabelecendo o estatuto dos respectivos dirigentes.
- 6. O Conselho de Ministros aprovou a suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines, estabelecendo medidas preventivas para áreas de protecção costeira adjacentes a empreendimentos turísticos no concelho da Grândola.

As medidas preventivas visam permitir as intervenções estritamente necessárias à execução dos projectos de intervenção nas praias para as quais se considera premente concretizar o apoio balnear.

- 7. O Conselho de Ministros aprovou também uma outra resolução que altera o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, adequando a possibilidade de realização de algumas utilizações do plano de água da albufeira de Monte Fidalgo, nomeadamente nas áreas do turismo de natureza e da pesca profissional.
- 8. O Conselho de Ministros prorrogou ainda o prazo de vigência da suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Gouveia e Seia, bem como o prazo de vigência das respectivas medidas preventivas, estabelecidas em 2011, para a viabilização do projecto de aproveitamento hidroeléctrico de Girabolhos. Gab. Cº Mins.



Marco António Costa reuniu com Mário Alkatiri

O coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido Social Democrata (PSD), Dr. Marco António Costa, acompanhado pelo Presidente da Comissão de Relações Internacionais, Dr. Braga de Macedo, recebeu, na passada terça-feira, dia 22, em audiência, na sede nacional do PSD, Mário Alkatiri, ex-Primeiro-Ministro de Timor Leste e Secretário-Geral da FRETILIN.



PSD e o Governo

Um líder parlamentar que é o primeiro no combate político e respeita os adversários

Após a reunião do Grupo Parlamentar em que decorreram as eleições internas para as respectivas chefias, o anterior Presidente foi reeleito, numa expressiva votação de quase 90% dos votos, que mostra até que ponto a sua combatividade, capacidade de liderança, prestígio nas relações com todos os grupos, sem cedências mas sempre com uma civilidade que vai sendo rara, se têm imposto a todos os colegas, de todas as tendências e cores políticas.

Ao PSD/TV entrevistou Luís Montenegro e a primeira pergunta, obviamente, teria de ser: Dois anos depois de assumir a liderança parlamentar que experiencias gostaria de partilhar connosco?

LM – Foram dois anos de trabalho muito intenso, num quadro político muito complexo, e portanto muito desafiante. Estamos numa situação política que é marcada e condicionada pelo facto de estarmos a viver um período de assistência financeira externa, muito condicionados nas nossas tomadas de decisão, ainda em virtude dos compromissos que o anterior governo do Partido Socialista assumiu, em virtude da situação de bancarrota disfarçada – quero dize3r, não-anunciada, mas real - em que deixou o Pais.

Por isso, foram dois anos de trabalho muito intenso, para deputados muito qualificados: nós somos 108 deputados do PSD, e assumimos naturalmente a nossa função de suporte político do Governo no Parlamento, mas com capacidade crítica suficiente para poder intervir com iniciativas politicas, iniciativas legislativas complementares da acção do governo, e (às vezes) de recomendar ao governo algumas iniciativas. Podemos dizer que tivemos 2 anos de trabalho muito árduo, e também de grandes responsabilidades.

Pergunta – Que acções/momentos destacaria nestes dois anos?

LM – Nós tivemos vários momentos, vários desafios. Não deixamos de ter iniciativa politica: foi aprovada (e só não está já no ordenamento, porque o Tribunal Constitucional rejeitou uma lei, proposta por nós, que introduz a criminalização do enriquecimento ilícito como um factor de combate à corrupção)

Também em momentos de discussão do OE conseguimos introduzir melhorias, por exemplo, ainda este ano a sobretaxa extraordinária do IRS baixou meio ponto percentual em resultado da discussão que nós fizemos no parlamento. Presidimos e dinamizamos 3 Comissões de inquérito (BPN, PPP e contratos Swap), e mais a comissão da tragédia de Camarate.

Pergunta – Como vão as relações com as restantes forcas partidárias?

LM – Nós temos um relacionamento muito leal, franco, transparente com todos os partidos. Não posso deixar de dizer com alguma mágoa, que lamento que com o maior partido da oposição, o PS, não tenha sido possível estabelecer, mais entendimentos em matérias estruturantes para as próximas décadas do país. Quando nós estabelecemos grandes reformas para o Pais, era bom que o principal partido que disputa a governação de Portugal pudesse estar de acordo quanto aos princípios básicos dessa governação.

O País não aguenta mudar constantemente de políticas em face da conjuntura partidária que vem em resultado da realização de eleições legislativas. Gostaríamos de ter um PS que respondesse mais sobre o que fez nos anos anteriores e que também assumisse um compromisso para o futuro. Tem sido praticamente impossível firmar grandes acordos com o PS, é muito mais fácil o PSD acolher sugestões do PS, do que o contrario. Do lado positivo tenho de destacar o entrosamento com o CDS/PP, uma coesão que garante a estabilidade politica no parlamento e no governo, e que por isso garante



que Portugal não tenha uma crise politica, que traria indiscutivelmente grandes prejuízos à vida do País, dos portugueses e das famílias.

Pergunta – Que perspectivas tem para a próxima legislatura?

LM - Nós vamos no 2º mandato dar continuidade a este objectivo de colaborar com o governo na afirmação política do processo de recuperação do País, vamos começar logo no primeiro dia com um agendamento potestativo com iniciativas do GP do PSD, que recomendem ao governo iniciativas fiscais que beneficiem as famílias numerosas, mais um elemento que visa dar uma política da família; temos umas jornadas parlamentares com o CDS/PP, que já estão agendadas para

o início deste novo mandato, vamos promover reuniões em todos os concelhos do País com os Deputados, para explicarmos muitas das medidas que estamos a tomar, e vamos seguramente estar ao lado do governo para que, junto da opinião pública, junto das empresas e junto das pessoas, tenhamos capacidade de capitalizar o esforço que fizemos nestes dois anos.

Esse esforço de esclarecimento, de sensibilização e de motivação de Portugal, será o principal objectivo que nós teremos neste 2º mandato do GP, mantendo os nossos deputados motivados, activos e pró-activos com o contributo que dão a este esforço, que é histórico, que é patriótico e que move o PSD como líder deste governo. – PSD/TV

PSD e o Governo

Ministro da Economia em Londres em missão de captação de investimento internacional

O ministro da Economia, António Pires de Lima, garantiu hoje em entrevista à "Reuters", que o Governo quer negociar um programa cautelar com Bruxelas e que está mesmo a contar começar as negociações deste programa nos primeiros meses de 2014.

"Ainda temos algum trabalho pela frente, algum progresso que tem de ser alcançado. Mas o nosso objectivo é começar a negociar um programa cautelar nos primeiros meses de 2014", afirmou António Pires de Lima, em entrevista à agência Reuters em Londres.

O governante, que participou na manhã de 3ª feira numa mesa redonda com jornalistas, em Londres, disse ainda que acabar o actual programa acordado com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu na data prevista – Junho de 2014 – é uma determinação total do actual Governo; e afastou o cenário de um segundo resgate.

"Eu penso mesmo que não será necessário um segundo programa", disse aos jornalistas.

Sobre eventuais problemas que possam surgir à estratégia orçamental traçada pelo Governo na proposta de Orçamento do Estado para 2014, especialmente pela possível inconstitucionalidade de algumas medidas, o Ministro disse também que não vê o Tribunal Constitucional "como um problema".

A possibilidade de um programa cautelar tem sido avançada por vários órgãos de comunicação social para os casos de Portugal e da Irlanda. Este funcionaria tendo como possível financiamento uma linha de crédito, não necessariamente utilizável e condições a cumprir tal como acontece hoje com o programa da 'troika'.

Esta linha de crédito permitiria aos países que acederem estar sob a alçada do novo programa de compra de dívida pública no mercado secundário do Banco Central Europeu, que nunca foi usado, e assim dar uma segurança adicional aos investidores não só de apoio financeiro em caso de necessidade, mas também que o caminho de correcção das contas públicas é para continuar e com medidas concretas desenhadas em acordo com os parceiros europeus.

Privatização dos CTT

António Pires de Lima disse ainda que tentará "retirar lições" da experiência britânica para a privatização dos CTT, através da dispersão de capital na bolsa, "Estou muito interessado em perceber como é que estes modelos funcionaram aqui no Reino Unido recentemente, para poder retirar lições e corrigir alguns aspectos, se necessário, em Portugal", disse o Ministro da Economia, que está em Londres numa missão atrair investimento estrangeiro para Portugal.

Pires de Lima discutiu o assunto num encontro na terça-feira com o seu homólogo britânico, Vince Cable, que conduziu a operação, que resultou na privatização de 62% do capital do Royal Mail.

O Governo britânico tem sido alvo de críticas devido à forma como decorreu a dispersão em bolsa, cujas acções, colocadas à venda por 3,3 libras (3,9 euros), valorizaram mais de 50% numa semana, para acima de cinco libras (5,91 euros).

Pires de Lima não se mostrou desencorajado e reiterou a confiança que uma Oferta Pública de Venda (OPV) do capital dos Correios de Portugal (CTT) no início de Dezembro vai permitir "maximizar a receita para o Estado".

Um dos factores de optimismo tem a ver com o desempenho da economia portuguesa e do mercado de capitais, que, salientou, cresceu 22% nos últimos três meses em Portugal, em termos de cotações do PSI-20.



"É evidente que nas nossas análises não foi um factor despiciendo a boa evolução de empresas similares, no Reino Unido e na Bélgica, em processos de bolsa no mesmo espaço de tempo", admitiu.

O ministro da Economia não quis dizer se o Governo vai repetir este modelo para a privatização de outras empresas públicas no próximo ano.

"O modelo de privatização de cada empresa será decidido caso a caso e, portanto, não é legítimo fazerem-se extrapolações com a decisão que tomámos para os CTT", na qual vamos privatizar até 70% do capital", concluiu.

Pires de Lima encontra-se em Londres acompanhado dos secretários de Estado Adjunto e da Economia, Leonardo Mathias, e da Inovação, Investimento e Competitividade, Pedro Gonçalves, além do presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Pedro Reis.

Na terça-feira também esteve reunido com o presidente da Confederação da Indústria Britânica, Michael Rake, e almoçou com economistas de 17 fundos e bancos de investimento, encerrando o dia com um encontro com jovens empreendedores e jovens quadros portugueses que trabalham em Londres.

Na terça-feira tem na agenda mais reuniões com investidores da 'City', o centro financeiro londrino, e com o homólogo, o ministro da Economia britânico, Vince Cable.

Falando a jornalistas britânicos, logo o início da sua visita, afirmou que o Governo não tem um plano de recurso para fazer face a uma eventual reprovação pelo Tribunal Constitucional de algumas medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014 (OE2014), e disse: "Não sou um jurista e não existe um plano alternativo no Governo", o qual, vincou, "procurou construir este orçamento com uma preocupação muito grande de atender às tradições constitucionais que temos em Portugal".

"Não estou vocacionado para ver problemas que podem ser geridos. O TC é uma instituição independente, que atua como regulador", referiu.

Porém, admitiu que as decisões dos juízes podem ter

impacto nas decisões do Governo e que poderá ser necessário adaptar as medidas orçamentais em termos de aumento de receitas e corte de despesa para cumprir as metas impostas pelo programa de assistência financeira.

"As políticas podem mudar, mas os objectivos são os mesmos e o Governo está determinado em alcançar esses objectivos", sublinhou.

"Não tencionamos lutar pelo Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) mais baixo da União Europeia"

António Pires de Lima, afirmou aos jornalistas britânicos, na terça-feira, que Portugal não tenciona lutar pelo Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) mais baixo da União Europeia (UE).

Portugal "não está a competir com países com taxas de 10% a 12%", disse o Ministro,

"A descida da taxa de IRC não é o ponto principal, mas a simplificação do sistema fiscal e a redução da burocracia", adiantou o governante, afirmou «Posso viver com falta de vantagem, mas não posso viver com grande desvantagem», acrescentando que "é possível viver com a taxa [de IRC] ao nível dos países europeus, mas não com uma das taxas mais altas da União Europeia [UE]".

António Pires de Lima disse esperar aplicar a baixa de IRC, de 25% para 23%, no próximo ano e contar com "o apoio do principal partido da oposição porque é importante para conseguir atrair investimento a longo prazo".

No âmbito da sua visita de dois dias a Londres, que marca o arranque das missões de captação de investimento internacional, António Pires de Lima reuniu-se com o seu homólogo britânico, Vince Cable, entre outras iniciativas. – Fonte: Lusa e Reuters

Luís Montenegro reeleito líder parlamentar do PSD

Luís Montenegro foi reeleito líder parlamentar da bancada do PSD com 87 por cento dos votos (94 votos). O deputado social-democrata manifestou disponibilidade para se recandidatar e "levar por diante este trabalho na Assembleia da República, que tem sido muito intenso, de suporte político ao Governo, com a capacidade reformadora e de recuperação que está subjacente a esse trabalho e também de articulação e coordenação política com o nosso parceiro de coligação, o CDS-PP". "Neste enquadramento, creio que os próximos dois anos serão também intensos e a minha disponibilidade é total para dar o meu contributo", destacou o parlamentar.

Na direcção parlamentar do PSD, mantêm-se como vice-presidentes os deputados Adão Silva, António Rodrigues, Carlos Abreu Amorim, Luís Menezes, Miguel Frasquilho, Miguel Santos e Teresa Leal Coelho, juntando-se a estes os deputados Amadeu Albergaria, Hugo Lopes Soares e Mónica Ferro. Os secretários da bancada são Ângela Guerra, Luís Pedro Pimentel, Nuno Encarnação e Pedro Pimpão.

Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves é licenciado em Direito e advogado, tem 40 anos e é deputado desde 2002, eleito pelo círculo de Aveiro.



Carlos Costa Neves apresenta relatório sobre as sociedades Interculturais



A Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Média da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa reúne na Assembleia da República, Sala do Senado, no próximo dia 25 de Outubro, a partir das 9h00.

Entre vários intervenientes nacionais e internacionais, a iniciativa conta com a intervenção dos deputados do PSD, Mota Amaral, Costa Neves, Nilza de Sena e Conceição Pereira.

Está previsto que na manhã desse dia, aquela Comissão debaterá o projecto de Relatório preparado pelo Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Carlos Costa Neves, subordinado ao tema "Identidades e Diversidade no Contexto de Sociedades Interculturais".

No projecto de relatório, Carlos Costa Neves realça a relevância do conceito de interculturalidade para a sã convivência dos cidadãos, num contexto marcado pela globalização, logo pela crescente circulação de pessoas e pelo consequente encontro de culturas. O projecto de relatório não só caracteriza este fenómeno e identifica as suas consequências mas também propõe medidas práticas para assegurar a afirmação da interculturalidade como base de relacionamento no seio das sociedades contemporâneas, tendencialmente pluriculturais.

No debate, que se seguirá à apresentação de Carlos Costa Neves, irão intervir vários especialistas nacionais e estrangeiros, com perfis bem diferenciados que vão desde o académico ao político, realçando-se a participação do ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, e do secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier.

Programa completo

9h00 Acreditação dos participantes

9h15 Abertura e intervenções iniciais de:

João Bosco Mota Amaral, Presidente da Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Nilza Sena, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Piotr Wach, Presidente da Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

9h30 Adopção da ordem de trabalhos da reunião

9h35 Identidades e diversidade nas sociedades interculturais

Relator: Carlos Costa Neves, Relator, Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Deputado à Assembleia da República

Audição com a participação de:

Jorge Sampaio, antigo Presidente da República Portuguesa e antigo Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações

Jorge Barreto Xavier, Secretário de Estado da Cultura, Portugal

Rosário Farmhouse, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) Debate

10h45 Pausa para café

Maria da Conceição Pereira, Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), Lisboa

Mokhtar Ghambou, Deputado, membro da Delegação Marroquina à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Francisco Seixas da Costa, Embaixador, Director Executivo do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa

Debate

Andreas Wiesand, Diretor Executivo do Instituto Europeu de Investigação Cultural Comparativa (ERICarts), Bonn

Manuela Júdice, Diretora do Gabinete "Lisboa, Encruzilhada de Mundos", Câmara Municipal de Lisboa

Debate

Resumo da audição, Chris Torch, Senior Associate, Intercult, Estocolmo

Conclusões finais, Carlos Costa Neves, Relator

13h00 Almoço

14h30 Boa governação e melhor qualidade da educação

Relator: Paolo Corsini, Relator, Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, membro do Senado da Itália

Troca de opiniões com:

Nuno Crato, Ministro da Educação e Ciência, Portugal (a confirmar)

João Paulo Batalha, membro do Conselho de Administração da Transparência e Integridade, Portugal, representante da Transparency International

16h00 Pausa para café

16h30 O património ameaçado da Europa

Relatora: Vesna Marjanović, Relatora, Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Deputada ao Parlamento Sérvio Troca de opiniões com Sneška Quaedvlieg-Mihailović, Secretária-Geral, Europa Nostra, Haia

17h10 Cooperação com a Europa Nostra

Troca de opiniões com Sneška Quaedvlieg-Mihailović, Secretária-Geral, Europa Nostra, Haia

17h30 Continuação da reunião da Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, à porta fechada

18h00 Fim da reunião

Regional

"Defesa da Base das Lajes é responsabilidade de todos"

O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, efectuou uma visita aos Estados Unidos, realizando um conjunto de reuniões e contactos com representantes políticos norte-americanos sobre a situação da Base das Lajes. Além de diversos encontros com congressistas e senadores do Estado do Massachusetts, Duarte Freitas esteve igualmente em Washington, onde mantendo diversos encontros com membros do Congresso e do Senado dos Estados Unidos.

O objectivo principal deste conjunto de reuniões, foi "dar conta da preocupação que existe nos Açores com a redução do contingente militar norte-americano na Base das Lajes e de apoiar todos os esforços que possam ser feitos para que essa redução não se concretize".

"Desde o anúncio da pretensão de reduzir o efectivo da base das Lajes que dei conta, ao presidente do governo regional, da total disponibilidade do PSD/Açores para trabalhar e apoiar todos os esforços que pudessem ser desenvolvidos", afirma Duarte Freitas, realçando que "este é um assunto de grande importância que une governo e oposição. Tenho sido informado pelo presidente do governo das iniciativas que vão sendo realizadas e dei também conta da pretensão de realizar esta deslocação", declarou Duarte Freitas.

Em Washington, Duarte Freitas teve encontros com diversos representantes e senadores dos Estados Unidos, tais como C. W. Bill Young, (Flórida), David Cecilline (Rhode Island), David Valadão, Devin Nunes, Doug LaMalfa, Jim Costa (Califórnia), James McGovern (Massachusetts) e Peter Visclosky (Indiana), entre outros.



Em Boston, Duarte Freitas, encontrou-se com a Senadora Elizabeth Warren, eleita pelo Estado de Massachusetts, com o Presidente da Casa dos Representantes do Estado de Massachusetts, Robert DeLeo, com a Presidente do Senado do Estado de Massachusetts, Therese Murray e com os membros do Grupo Legislativo luso-americano do Estado de Massachusetts.

O presidente do PSD/Açores teve ainda uma reunião de trabalho com o embaixador de Portugal em Washington, Nuno Brito.

Governo regional recusa reduzir listas de espera cirúrgicas



O PSD/Açores lamenta que "o governo regional tenha decidido não aplicar as verbas inscritas no Orçamento da região para o combate às listas de espera cirúrgica", considerando que "não se sabe hoje quem tutela o sector, se o secretário regional se o grupo parlamentar do Partido Socialista"

Luís Maurício, que falava no plenário do Parlamento açoriano, considerou "lamentável que num dia o secretário da Saúde diga claramente que não vai aplicar as verbas para a recuperação de listas de espera cirúrgica ao mesmo tempo que o Partido Socialista diz, no dia seguinte, que o governo as irá aplicar. Não se sabe quem manda na saúde, se o governo se a bancada parlamentar do PS".

O PSD/Açores apresentou dia 17, um voto de protesto depois do secretário regional da Saúde ter afirmado, quarta-feira, que não iria utilizar os 700 mil euros colocados no orçamento regional para a redução de listas de espera cirúrgica. Esta verba tinha sido colocada no Orçamento para 2013 por proposta do PSD/Açores e recolheu os votos favoráveis de todos os partidos.

Luís Maurício lamentou, por isso, uma atitude que "prejudica milhares de açorianos que continuam a aguardar por disponibilidade dos hospitais para verem resolvidos os seus problemas de saúde" e estranhou que a bancada do PS, no debate do voto, "tenha dito precisamente o contrário do que foi afirmado pelo governo".

"Enquanto os açorianos esperam que se decida quem manda na saúde as listas de espera dos hospitais estão num caos", concluiu.





Quem quer a Social Democracia tem de o exprimir pela positiva

"A questão que se põe ao eleitorado é saber se a liderança do processo político caberá ao PSD ou ao PS" — sustenta Mota Pinto, salientando que "os que nos querem" — a nós, sociais-democratas — "têm de o exprimir pela positiva".

Ao falar perante milhares de pessoas no Pavilhão dos Desportos, naquele que foi o primeiro grande comício do nosso partido em plena fase de pré-campanha eleitoral, o primeiro vice-presidente do PSD, disse que "se o eleitorado repetir os resultados das eleições de 1979 e 1980 o PSD proporá uma nova coligação ao CDS".

"Cabe agora aos eleitores dizerem se querem uma coligação" — advertiu Mota Pinto, acrescentando que se tal não acontecer e o PS, por hipótese, consiga vencer as eleições de Abril, terá então de ser celebrado um "acordo global de regime" com socialistas e centristas.

Continua na pág. 4

COMÍCIOS DO PSD

6.ª feira, 1 de Abril

 Devido à solenidade do dia, o PSD não desenvolve qualquer acção de campanha eleitoral.

Sábado, 2

Comicio em Tavira com Mota Pinto, José Vitorino e Cunha Dias.

Domingo, 3

Devido à solenidade do dia, o PSD não desenvolve qualquer acção de

2.ª feira, 4

- Comicio de abertura da campanha no Porto com Mota Pinto, Eurico de Melo, Nascimento Rodrigues, Montalvão Machado e Manuel Moreira.
 - 3.* feira, 5
- 11.00 Estremoz 12.45 — Campo Maior
- 12.45 Campo Maior 13.15 — Elvas — almoço no Jardim
- 15.30 Evora Praça do Geraldo
- 21.30 Amadora Comicio no Pavilhão Gimnodesportivo

Edição n.º 452 do "Povo Livre", de 30 de Março de 1983. Manchete: "Quem quer a Social-Democracia tem de o exprimir pela positiva"; "Comícios do PSD". Vítor Crespo era o director do órgão oficial do PSD.

Opinião

Importância do Canal do Panamá no



Reinventar as cidades

Jaime Quesado (*)

A discussão suscitada pelo Ciclo de Conferências sobre Cidades Inteligentes, que decorreu um pouco por todo o país, envolvendo "redes integradas de cooperação territorial" (Municípios, Universidades, Centros I&D, Empresas, Sociedade Civil), são a melhor demonstração de que em 2013, apesar de todas as políticas públicas e estratégias tendo em vista a modernização do território português, o país teima em não conseguir assumir uma dinâmica de "salto em frente" para o futuro tendo por base os factores dinâmicos da inovação e competitividade. Precisamos por isso de apostar em Cidades e Regiões Inteligentes.

Numa Europa das Cidades e Regiões, onde a aposta na inovação e conhecimento se configura como a grande plataforma de aumento da competitividade à escala global, os números sobre a coesão territorial e social traduzem uma evolução completamente distinta do paradigma desejado. A excessiva concentração de activos empresariais e de talentos nas grandes metrópoles, como é o caso da Grande Lisboa, uma aterradora desertificação das zonas mais interiores, na maioria dos casos divergentes nos indicadores acumulados de capital social básico, suscitam muitas questões quanto à verdadeira dimensão estruturante de muitas das apostas feitas em matéria de investimentos destinados a corrigir esta "dualidade" de desenvolvimento do país ao longo dos últimos anos.

Apesar da relativa reduzida dimensão do país, não restam dúvidas de que a aposta numa política integrada e sistemática de Cidades Médias, tendo por base o paradigma da inovação e do conhecimento, com conciliação operativa entre a fixação de estruturas empresariais criadoras de riqueza e talentos humanos indutores de criatividade, é o único caminho possível para controlar este fenómeno da Metropolização da capital que parece não ter fim. O papel das Universidades e Institutos Politécnicos que nos últimos 20 anos foram responsáveis pela animação de uma importante parte das cidades do interior, com o aumento da população permanente e a aposta em novos factores de afirmação local, está esgotado.

Desta forma, o compromisso entre aposta, através da Ciência, Inovação e Tecnologia, em Competitividade Estruturante na Criação de Valor Empresarial, e atenção especial à Coesão Social, do ponto de vista de equidade e justiça, é o grande desafio a não perder. A Sociedade do Conhecimento tem nesta matéria um papel muito especial a desempenhar e numa época onde se assiste à crescente Metropolização do país em torno do Porto e Lisboa, a aposta em projectos de coesão territorial como as "Cidades e Regiões Digitais" pode fazer a diferença, com o papel de diferença de aposta na qualidade de vida e crescimento económico.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



O olho e o argueiro

João César das Neves (*)

Nos EUA, o país mais rico e poderoso de sempre, o Estado paralisou devido a zangas parlamentares. Este caso insólito exige uma reflexão acerca dos debates cívicos, lá como cá. O interesse vem precisamente de o caso ser tão inacreditável. Que num país rico e sofisticado uma raiva de políticos leve à subversão da sua própria missão política é ultrajante. Pior quando o tema é o indispensável sistema nacional de saúde, que todos os países civilizados têm, e na América é obviamente disfuncional.

Isto pode ser interpretado de várias formas. É possível tomar o impasse aberrante como prova das nossas embirrações de estimação, confirmando a tolice de políticos ou americanos, teimosia de neoliberais ou intervencionistas, decadência da cultura ocidental ou podridão capitalista. Mas também se pode olhar de forma positiva. Em qualquer assunto é decisivo, não apenas o que acontece, mas a forma como o encaramos, pois tudo é passível de interpretações variadas.

Este problema incrível nasce de um defeito da democracia que, apesar disso, se mantém muito superior às alternativas. Coisas destas não acontecem no unanimismo das ditaduras ou no caos das anarquias, mas aí tudo é pior. Os EUA têm estes dramas patéticos precisamente porque vivem numa sociedade desenvolvida, plural e sofisticada.

Além disso notamos que Portugal e a nossa classe política, afinal, não são assim tão deficientes. Países ricos e poderosos, como EUA ou Itália, vivem situações mais anómalas e ridículas. O nosso derrotismo deduz calamidades de cada obstáculo, mas a verdade é que problemas grotescos todos têm e, apesar dos terríveis sofrimentos, os nossos até se vão resolvendo com alguma elevação e ligeireza.

Isso não nos deve descansar, mas também não nos pode desanimar. É verdade que os EUA já tiveram uma sangrenta guerra civil, como Portugal viveu épocas de tumulto e decadência. Tais dramas podem regressar, e as perturbações recentes tornam-nos mais próximos. Mas perante a terrível pressão dos acontecimentos e com fortes discussões e conflitos, os nossos dois Países avançam sem a violência, motins ou derrocada institucional que destroem outras paragens. Dada a indiscutível gravidade das crises, isso tem de ser muito positivo.

Um último passo, que também depende crucialmente da forma como decidimos enfrentar a situação, está no esforço para compreender a posição adversária. O bloqueio norte--americano, como os debates da austeridade portuguesa, nascem da obstinação em recusar a parte de verdade que o outro lado possui; mesmo se difícil de compreender. O sistema de saúde de Obama tem evidentes vantagens, que os republicanos extremistas omitem, enquanto os democratas radicais ignoram as preocupações económicas dos oponentes. Por cá as altercações à volta do Orçamento estão eivadas de igual tacanhez. Muitos acusam levianamente o Governo de maldade ou incompetência, enquanto alguns governantes consideram subversão e terrorismo as críticas compreensíveis. Os ânimos andam exaltados e qualquer declaração substantiva recebe enxurradas de ataques e insultos, interpretando--a de maneira agressiva, atribuindo-lhe intenções torpes e mentecaptas. Até um artigo de opinião como este. Mas a grande maioria dos intervenientes, aqui como nos EUA, são pessoas honestas e serenas, cordatas e bondosas, que se zangam por verem lados diferentes em questões difíceis e intrincadas.

O mundo é grande, variado, complexo e ambíguo. Por isso pode ser considerado de formas muito diferentes, até opostas. É comum a tentação de sublinhar o negativo, assumir medos e ameaças, promover discórdias e confrontos. Mas a realidade, pelo simples facto de permanecer, é boa e positiva. Apesar de todos os riscos e falhas, cada dia, precisamente por ser, mostra o bem superior ao mal. Podemos procurar a face luminosa e unificadora, ou apostar na sombra e divisão. Podemos acusar os opositores, ou tentar compreendê-los. Tudo isso se deve, não à realidade, mas à forma como olhamos a realidade. Cada um define-se pelo lado que escolhe.

(*) Professor Universitário, Economista, cronista DN, naohaalmocosgratis@ucp.pt





É o sal que não salga ou a terra que não se deixa salgar?

Margarida Balseiro Lopes (*)

Nas eleições autárquicas realizadas no passado dia 29 de Setembro, não houve vencedores! Ressalvo casos como Lisboa, Porto e Braga a nível nacional, em que foi bem notória a convicção generalizada das populações em fazer eleger determinado projecto/candidato, tendo estes vencido, por isso, com votações retumbantes.

Com os níveis de abstenção a aproximarem-se perigosamente dos 50%, a duplicação dos votos brancos e nulos e com o aparecimento de movimentos independentes compostos, na maior parte das vezes, por dissidentes partidários, é evidente que a crise que atravessamos não afectou apenas a nossa economia e as finanças nacionais mas afectou também a credibilidade da nossa Democracia.

Entrámos num ciclo vicioso em que, num diálogo mudo, as pessoas criticam a falta de opções e a idoneidade e as motivações de quem ingressa na vida política, e os políticos, por outro lado, invocam o desinteresse generalizado de quem só sabe criticar e nem se digna a exercer um direito elementar mas fundamental numa Democracia madura e sã: o direito de voto.

Não me parece que a saída para este impasse em que mergulhámos enquanto sociedade, em que aqueles que elegemos deixaram de ser para muitos aqueles que os representam, seja ficar alheado do problema ou ignorá-lo. É fundamental iniciar um debate sobre a reforma do sistema político e do sistema eleitoral.

O voto obrigatório no Brasil é um instrumento que tem evitado que haja abstenções como as que se têm registado em Portugal. Seja branco, nulo, ou em que partido for, a sociedade é convocada a votar e a fazer uma opção. Mas não basta! Tem que se alterar a forma de eleição dos que nos representam: no processo de escolha interna dos partidos, deve ser seriamente ponderada a adopção de um sistema de primárias, em que se reduz o risco das escolhas das máquinas partidárias serem completamente contrárias às expectativas das pessoas. A par disto, a solução dos círculos uninominais numa lógica mitigada, como existe na Alemanha, permitiria que houvesse uma genuína identificação entre quem elege e quem é eleito.

É certo que estas ideias suscitam muitas questões mas, seja o problema da terra ou de quem a salga, como estamos não podemos ficar!

(*) Vice-Presidente da JSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BRAGANÇA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Bragança, para reunir, nas respectivas sessões de inscrição, Alfandega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, no próximo dia 30 de Novembro de 2013, (sábado), pelas 15h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos Distritais

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Comissão Política Distrital
- c) Conselho de Jurisdição Distrital
- d) Comissão Distrital de Auditoria Financeira
- e) Delegados de Secção à Assembleia Distrital Locais de Votação

Alfândega da Fé – Junta de Freguesia, Rua 1º de Maio. nº 43

Bragança – Praça da Sé, nº 16 -1º

Carrazeda de Ansiães – Rua Luis de Camões, nº 823 Freixo de Espada à Cinta - Rua de São Francisco, nº 3 Macedo de Cavaleiros – Rua Clara Vaz, nº 2 – 2º Esq. Miranda do Douro – Rua Mouzinho de Albuquerque Mirandela – Av. 25 de Abril, nº 273 sub - loja Esq. Mogadouro – Av. do Sabor

Moncorvo – Polivalente da Escola Dr. Ramiro Valente

– Bairro de São Paulo – Torre de Moncorvo

Vila Flor – Rua da Fonte

Vimioso – Cantina da Escola E.B 2,3 Largo de S. Sebastião

Vinhais – Rua Nova nº 10 – 1º Dtº

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, sita na Praça da Sé, 16, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- A eleição decorrerá em todas as secções do Distrito entre as 15h00 e as 18h00.
 - As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir no próximo dia 23 de Novembro 2013, (sábado) pelas 17H00, na sede, sita na Rua Lourenço Almeida de Azevedo, nº 16, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 17h00 às 24h00

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunião, em sessão Extraordinária, no próximo dia 30 de Outubro de 2013, (quarta-feira) pelas 21h00, no edifício da Junta de Freguesia de Coruche, na sala de reuniões da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, sita na Rua 25 de Abril, em Coruche, com a sequinte

Ordem de Trabalhos

- 1 Análise dos resultados eleitorais no Concelho de Coruche – eleições autárquicas 2013
- 2 Análise e discussão da situação política actual -Nacional e Local.

FARO ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro, para reunir, no próximo

dia 28 de Outubro de 2013 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Vasco da Gama, nº 54 – 1º Dtº.,com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 Análise do resultado das eleições autárquicas
- 2 Outros assuntos

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Golegã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Outubro de 2013 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Rua D. Afonso Henriques, nº 53,com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 Análise da situação política nacional e local
- 2 Eleições autárquicas 2013 Análise dos resultados eleitorais

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loulé, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2013, (sexta-feira) pelas 20h30, na sede sita, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro com a sequinte

Ordem de trabalhos:

- 1 Análise dos resultados das eleições autárquicas
- 2 Assuntos diversos

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Miranda do Douro, para reunir no próximo dia 30 de Novembro 2013, (sábado) pelas 15H00, na sede, sita na Rua da Trindade, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção da Moita para reunir no próximo dia 01 de Novembro de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua 5 de Outubro nº 19A, com a seguinte

Convocatórias

Ordem de Trabalhos:

- 1 Informações
- 2 Análise da situação Política

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Monção, para reunir no próximo dia 29 de Novembro 2013, (sexta-feira) pelas 20H00, na sede, sita no Largo do Rosal n.º 27, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos concelhios da Secção de Monção para o biénio de 2013/2015

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Ourém, para reunir no próximo dia 22 de Novembro 2013, (quinta-feira) pelas 18H00, na sede, sita na Rua Dr. Carlos Faria de Almeida, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia 25 de Outubro de 2013, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Rua dos Templários, nº 309 dtº.,com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 09 de Novembro de 2013, (sábado) pelas 15h30, na sede sita na Rua 1º de Dezembro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 Informações gerais
- 2 Análise da situação política

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca--se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2013 (Quarta-feira), pelas 20h30, na sede, sita na Rua Machado dos Santos, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política local, regional e nacional

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca--se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Loja 19 do Centro Comercial Galáxia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 Análise dos resultados das Autárquicas 2013
- 2 Outros

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca--se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira

para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Novembro (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 Informações
- 2 Eleições Autárquicas 2013 análise dos resultados
- 3 Análise da situação político-partidária

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2013, (quinta-feira) pelas 20h30, no anfiteatro da Biblioteca Municipal de São João da Pesqueira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 Análise e discussão dos resultados das eleições autárquicas
 - 2 Outros assuntos de interesse

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir, no próximo dia 14 de Novembro de 2013 (quinta-feira), na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7, R/C, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 Informações
- 2 Análise da situação política
- 3 Apresentação do Plano de Actividades para 2014

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 03 de Novembro de 2013, (domingo) pelas 21h30, na sede, sita na Rua 9 de Abril, 1 - 3°, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 Análise dos resultados Eleições Autárquicas
- 2 Outros assuntos

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2013 (sábado) pelas 17h30, na sede sita na Rua 9 de Abril, 1 - 3°, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 Eleição da mesa da Assembleia de Secção. Nota:
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto
 - As urnas estão abertas das 17H30 às 20H00.

VALONGO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca--se a Assembleia do Núcleo de Valongo, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Novembro de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório do Hotel Viana Sol, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 Análise da situação política nacional e local
- 2 Análise dos resultados Eleitorais autárquicos, nacionais e locais

VIZELA.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela para reunir no próximo dia 26 de Outubro de 2013 (sábado), pelas 21h00, na sede sita na Rua Joaquim Pinto, n.º 33, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 Discussão e votação de acordo pós eleitoral.
- 2.- Outros assuntos.



AMARANTE

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia de Amarante, para reunir no dia 23 de Novembro de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD / Amarante, sita no Edifício do Salto – São Gonçalo, em Amarante, com a seguinte ordem de trabalhos:

 1 - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas (18h00m às 20horas).

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede do PSD/Amarante, na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

AVEIRO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para se reunirem no próximo dia 8 de Novembro de 2013, sexta-feira, pelas 19h30, na Sede do PSD/Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 170 – 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 Avaliação das Autárquicas 2013;
- 2 Análise da situação político-partidária.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia de Cascais para reunir no dia 23 de Novembro de 2013, pelas 19 horas, na Sede do PSD/Cascais, sita no Largo da Estação, n.º 4, 1.º andar, Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política de Concelhia.Notas:

As listas deverão ser entregues à Presidente de Mesa ou a quem estatutariamente a possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 19h00m às 24 horas.

CONSELHO REGIONAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional de Braga, para reunir no dia 16 de Novembro de 2013, pelas 15 horas, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sito no Largo António Lopes, em Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 Informações;
- 2 Análise dos resultados das eleições autárquicas;
- 3 Análise da situação política;
- 4 Outros assuntos.

CONSELHO REGIONAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional

Convocatórias

da JSD Lisboa Área Oeste, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2013, pelas 21h30m, na Sede Distrital do PSD/ Lisboa A.O., sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3.º Dt., em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 Apresentação das Candidaturas à Comissão Política Distrital do PSD Lisboa Área Oeste;
- 2 Análise e Futuro do mandato da Comissão Política Regional da JSD;
 - 3 Outros assuntos.

CONGRESSO REGIONAL DO PORTO

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenário Concelhios da JSD Porto para reunir no próximo dia 23 de Novembro, nos locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – Eleição dos Delegados Regionais ao II Congresso Regional da JSD Porto de 7 de Dezembro de 2013.

Nota

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respetivo Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

-Amarante – das 18h00m às 20 horas - Edifício do Salto, S. Gonçalo - 4600 – AMARANTE

-Baião – das 18h00m às 20 horas - Rua de Camões - 4640 – BAIÃO

-Felgueiras – das 16h00m às 18 horas - Rua Luís de Camões - 4610-212 FELGUEIRAS

- Gondomar - das 16h00m às 18 horas - Rampa Combatentes Grande Guerra, 31 - 4420-090 GONDOMAR

-Lousada – das 15h00m às 17 horas - Travessa de São Sebastião, 121 - 4620 - 654 LOUSADA

- Maia das 9h30m às 12h30m Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 - 4470-282 - VERMOIM MAIA
- Marco Canaveses das 21h00m às 23 horas Largo Sacadura Cabral, 26 - 2º Dto. - Fornos - 4630 – MARCO CANAVESES
- Matosinhos das 18h00m às 20 horas Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98 - 4450-200 MATOSINHOS
- Paços Ferreira das 14h00m às 16 horas Avenida dos Templários, 309 Dtº 4590-508 PAÇOS DE FERREIRA
- Paredes das 17h00m às 19 horas Rua 1º de Dezembro - 4580 - PAREDES
- Penafiel das 17h00m às 21 horas Rua "O Penafidelense" nº 9 - 1 Dtº - 4560 – PENAFIEL
- Porto das 19h00m 21h30m Rua de Diu, 139 -R/C - 4150 – PORTO
 - Póvoa de Varzim das 18h00m às 20 horas Praça

do Almada nº 7 - Escrit.1 - 4490 - 438 - PÓVOA DE VARZIM

- Santo Tirso das 18h00m às 20 horas C.C. Carneiro Pacheco, 1º andar Lj.5 - Rua Dr. Carneiro Pacheco - 4780 - 446 SANTO TIRSO
- Trofa das 18h00m às 20 horas Rua Camilo Castelo Branco, 222 - 4785 - TROFA
- Valongo das 15h00m às 17 horas Av. Rodrigues de Freitas, 880 - 4445 - 634 – ERMESINDE
- Vila do Conde das 14h00m às 18 horas Praça da República, nº 7 - 4480 - 715 VILA DO CONDE
- Vila Nova de Gaia das 16h00m às 19 horas Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n 1323 - 4400-129 VILA NOVA DE GAIA

LOUSADA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD serve a presente para convocar o plenário concelhio da JSD Lousada a anunciar na próxima edição do Povo Livre, para o dia 23 de Novembro de 2013 (Sábado) a iniciar às 15 horas, na Sede do PSD Lousada, sita na Travessa São Sebastião, n.º 121 - 4620 - 654 Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 Eleição da Mesa do Plenário de Concelhia;
- 2 Eleição da Comissão Política de Concelhia.

MACÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Mação, para reunirem no dia 23 de Novembro de 2013, pelas 16h, no Largo dos Bombeiros Voluntários nº8 - A, 6120-728, Mação, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Politica Concelhia de Mação.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 16h00m e as 18 horas.

MAIA

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD/Maia, para Assembleia de Concelhia a realizar no dia 23 de Novembro pelas 09h30m na Sede do PSD/Maia, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987, 4470-382 MAIA, com a sequinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Politica de Concelhia.

Nota: O Acto Eleitoral decorrerá entre as 09h30m e as 12h30m.

As listas candidatas devem ser entregues na sede do PSD Maia, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987, 4470-382 MAIA, ao Presidente da mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Marinha Grande, para reunir no próximo dia 29 de Novembro (sexta), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Marinha Grande, sita na Avenida 1.º de Maio, n.º 72, 2430 Marinha Grande, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD da Marinha Grande.

Nota: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa, ou a quem a possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21h – 23h.

NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS - MAIA

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Águas Santas / Pedrouços, para Assembleia de Núcleo a realizar no dia 14 de Dezembro pelas 17:00h na sede Núcleo PSD Águas Santas / Pedrouços, sita na Rua Dom Afonso Henriques, 1129, 4425-636 MAIA, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Politica do Núcleo.

Nota:

O Acto Eleitoral decorrerá entre as 17:00h e as 20:00h. As listas candidatas devem ser entregues na sede do Núcleo, sita na Rua Dom Afonso Henriques, 1129, 4425-636, MAIA, ao Presidente da mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Vila Verde, para reunirem no dia 30 de Novembro de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD, em vila verde com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia da JSD de Vila Verde.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesada plenário ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia ao acto eleitoral, respeitando as normas e estatutos e regulamentos do acto eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 18h00m e as 20 horas